



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Saúde, Educação e Cultura  
para os devidos fins.

Em 07 / 04 / 2024

Conceição de Maria Lages Rodrigues

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Dep. Tereno  
Bento  
para relatar.

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente da Comissão de Saúde,  
Educação e Cultura



**PARECER**

**Assunto:** Projeto de Lei nº 149/2020, lido no expediente em, 26 de agosto de 2020

**Ementa:** “Cria diretrizes para a instituição do Plano de Atenção Educacional - PAE para alunos identificados com transtornos Específicos de Aprendizagem (Dislexia, Dislalia, Disgrafia e Discalculia) nas instituições de ensino do Estado do Piauí e dá outras providências”

**Autor:** Dep. Franzé Silva

**Relatora:** Dep. Teresa Britto

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, apresentado pelo Deputado Franzé Silva, que cria diretrizes para a instituição do Plano de Atenção Educacional - PAE para alunos identificados com transtornos Específicos de Aprendizagem (Dislexia, Dislalia, Disgrafia e Discalculia) nas instituições de ensino do Estado do Piauí.

Em justificativa, o nobre Parlamentar destacou que os transtornos de aprendizagem compreendem uma inabilidade específica, como leitura, escrita ou matemática, em indivíduos que apresentam resultados significativamente abaixo do esperado para o seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual.

É, em síntese, o relatório.

**II – VOTO DO(A) RELATOR(A)**

Compete a esta Comissão de Educação, Cultura e Saúde (CECS), nos termos do art. 34, VII, alíneas “h” e “k”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, pronunciar-se sobre “(h) assuntos atinentes à educação em geral, política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais”, bem como “(k) assuntos referentes à saúde em geral, política e ações de saúde, sistema único de saúde, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais”.

As dificuldades, os transtornos específicos de aprendizagem (Dislexia, Dislalia, Disgrafia e Discalculia), são obstáculos que interferem significativamente nas habilidades dos/as alunos/as em processo de escolarização, e, muitas vezes, trazendo influências negativas, a vida acadêmica, social, cultural e afetiva daqueles/as.

A dislexia “é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta habilidades básicas de leitura e linguagem. Ela tem suas raízes em diferenças nos sistemas cerebrais responsáveis pelo processamento fonológico que resultam em dificuldade para processar os sons das palavras e associá-los com as letras ou sequências de letras que os representam. Outros fatores que podem vir associados são déficits nas funções executivas, dificuldades no



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Educação, Cultura e Saúde - CECS

processamento auditivo e/ou visual e desenvolvimento psicomotor. A dislexia é considerada um transtorno específico de aprendizagem porque seus sintomas geralmente afetam o desempenho acadêmico de estudantes sem que haja outra alteração (neurológica, sensorial ou motora) que justifique as dificuldades observadas”<sup>1</sup>.

A dislalia “é uma alteração da fala em que a pessoa não consegue articular e pronunciar algumas palavras, principalmente quando possuem “R” ou “L”, e, por isso, trocam essas palavras por outras com pronúncia semelhante”<sup>2</sup>.

A disgrafia “deriva das palavras “dis” (desvio) + “grafia” (escrita) e consiste numa dificuldade no ato motor da escrita. A criança com disgrafia pode apresentar dificuldades no desenho ou no grafismo da letra (“má letra”)”<sup>3</sup>.

A discalculia “é o transtorno específico de aprendizagem com prejuízo no domínio da matemática. Ela é considerada um transtorno específico de aprendizagem porque as dificuldades observadas não podem ser justificadas por outras alterações neurológicas, sensoriais, motoras e/ou cognitivas. A pessoa com discalculia apresenta um desempenho matemático significativamente abaixo do esperado considerando-se sua idade cronológica, suas experiências e suas oportunidades educacionais”<sup>4</sup>.

A presente proposição busca criar diretrizes para a instituição do Plano de Atenção Educacional - PAE para alunos identificados com transtornos Específicos de Aprendizagem (Dislexia, Dislalia, Disgrafia e Discalculia) nas instituições de ensino do Estado do Piauí, que exige um trabalho coletivo e democrático, entre a comunidade escolar, professores, diretor e especialistas/psicopedagogo, na busca de recursos e procedimentos concretos para a superação das dificuldades encontradas, dessa realidade educacional, além dos recursos pedagógicos alternativos que podem minimizar as dificuldades diagnosticadas no ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o Plano contribuirá para a intensificar a eficácia do art. 205, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que determina: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, sem olvidar que também se coaduna com o disposto no artigo 2º, da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que prescreve: a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.**

Porém, observa-se que tramitou, recentemente, nesta Casa Legislativa, uma proposição que versa matéria análoga ou conexa, trata-se do **Projeto de Lei Ordinária nº 05/2020, lido no expediente em, 06 de fevereiro de 2020, que obriga as escolas públicas integrantes do**

1 Fonte: O que dislexia? Disponível em: [https://www.institutoabcd.org.br/o-que-e-dislexia/?utm\\_source=GoogleAds&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=NovoInstit&gclid=CjwKCAjw47eFBhA9EiwAy8kzNDtSEhe-P\\_s3jtHNZmHpoGgA6zWlO-Q3v0AuBK8KhwdujZ0I5kBoC2iwQAvD\\_BwE](https://www.institutoabcd.org.br/o-que-e-dislexia/?utm_source=GoogleAds&utm_medium=cpc&utm_campaign=NovoInstit&gclid=CjwKCAjw47eFBhA9EiwAy8kzNDtSEhe-P_s3jtHNZmHpoGgA6zWlO-Q3v0AuBK8KhwdujZ0I5kBoC2iwQAvD_BwE). Acesso: 26/05/2021.

2 Fonte: Dislalia: o que é, causas e tratamento. Disponível em: <https://www.tuasauade.com/dislalia/>. Acesso: 26/05/2021.

3 Fonte: O que é disgrafia? O que fazer? Disponível em: <https://www.centrosei.pt/blog/disgrafia-o-que-e-o-que-fazer>. Acesso: 26/05/2021.

4 Fonte: O que é discalculia? [https://www.institutoabcd.org.br/discalculia/?utm\\_source=GoogleAds&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=NovoInstit&gclid=CjwKCAjw47eFBhA9EiwAy8kzNOp08dVIJEHOK5mR3nDAazJWWqGdVlk-S-BZDimbxMGpY2Mg8ePKTXBoCbJ0QAvD\\_BwE](https://www.institutoabcd.org.br/discalculia/?utm_source=GoogleAds&utm_medium=cpc&utm_campaign=NovoInstit&gclid=CjwKCAjw47eFBhA9EiwAy8kzNOp08dVIJEHOK5mR3nDAazJWWqGdVlk-S-BZDimbxMGpY2Mg8ePKTXBoCbJ0QAvD_BwE). Acesso: 26/05/2021.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Educação, Cultura e Saúde - CECS

estado do Piauí a disponibilizarem atendimento terapêutico multidisciplinar aos alunos/as, com transtornos e ou dificuldades de aprendizagem, distúrbios articulatorios e transtornos de ordem emocional, inclusive em relação a movimentação consta como **“Última Ação: Proposição aprovada, a DL para providências”**.

No entanto, constata-se que, embora os dois projetos tratem de assunto similar, **APRESENTAM FINALIDADES ASSAZ DIVERSAS**. Enquanto o **PL nº 05/2020**, trata de **ATENDIMENTO TERAPÊUTICO MULTIDISCIPLINAR** aos alunos/as, diagnosticados/as com transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem, distúrbios articulatorios e transtornos de ordem emocional, tais como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, dispartia, transtorno neurológico (TDAH, distúrbios articulatorios e transtornos emocionais), o **PL nº 149/2020**, em análise, busca garantir o acesso a **TECNOLOGIAS ASSISTIVAS FUNDAMENTAIS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, por meio de atendimento especializado e com a garantia do acesso a recursos pedagógicos e didáticos adequados para o desenvolvimento global da aprendizagem dos estudantes identificados com Transtornos Específicos de Aprendizagem.

Portanto, em síntese, o primeiro obriga a disponibilizar **atendimento terapêutico multidisciplinar** aos referidos alunos/as e o segundo pretende garantir o atendimento especializado e o direito de acesso a recursos pedagógicos e didáticos adequados - o **acesso a tecnologias assistivas**.

Nesse contexto, determina o art. 107, do Regimento Interno, dessa Assembleia Legislativa, *in verbis*:

**Art. 107. Os projetos que versarem matérias análogas ou conexas à de outro em tramitação serão a ele anexados de ofício, por ocasião da distribuição.**

Porém, como o PL nº 05/2020 concluiu o seu ciclo de tramitação nesta Casa de Leis, não é possível a obediência ao preceito regimental, art. 107, supratranscrito, e em decorrência de ambos versarem finalidades distintas opino favorável à regular tramitação do Projeto de Lei nº 149/2020, lido no expediente, em 26 de agosto de 2020.

É o parecer, salvo melhor juízo.

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

**Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.**

**Em discussão, em votação:**

**Pelo acatamento ( ☒ )**


**Pela rejeição ( ☐ )**



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Educação, Cultura e Saúde - CECS

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Teresina,  
18 de agosto de 2021.

  
**Dep. Teresa Britto**  
**Relatora**

 HP

